



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO - PRES/DG/SJGI/CJD/SEPM

1. INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto nos artigos 6º, IX e 7º, I, e 14 da Lei nº 8.666/93, apresenta-se este Projeto Básico com a finalidade de auxiliar o procedimento administrativo pertinente à contratação de empresa para Prestação de Serviço de Assinatura da Plataforma Fórum Biblioteca Digital.

2. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

2.1. – OBJETO

A execução compreende a prestação de serviços especializados de assinatura de Biblioteca Digital, com disponibilização de acervo digital, em formato de livros, periódicos e revistas, em diversas áreas do conhecimento, como Direito Processual Civil e Penal; Direito Eleitoral e Processual Eleitoral; Direito Administrativo; Direito Constitucional; Gestão Pública, dentre outros afetos à Justiça Eleitoral.

Desta forma, pretende-se a contratação de assinatura da Biblioteca Digital Fórum de Direito, para integrar a Plataforma da Biblioteca Digital deste Tribunal, garantindo a todos os servidores e magistrados do TRE/RO o acesso por meio de web site, mediante cadastro de usuário e senha, compreendendo:

- a. Revista de Direito Administrativo e Constitucional (três acessos simultâneos);
- b. Revista de Brasileira de Direito Processual – RBDP (três acessos simultâneos);
- c. Revista de Brasileira de Direito Eleitoral – RBDE (três acessos simultâneos);
- d. Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público (acessos ilimitados e simultâneos).

3. JUSTIFICATIVAS

3.1. DA NECESSIDADE E SOLUÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Objetivando ofertar ao corpo funcional o acesso à informação e à contínua atualização nas matérias afetas à gestão pública e ao direito público/eleitoral, atualmente a Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral conta com acervo de livros, periódicos (revistas) e DVD's, tendo como público alvo magistrados e servidores, advogados e estudantes em geral.

Contudo, buscando ampliar o acesso ao conhecimento, em especial pelos servidores das zonas eleitorais do interior do Estado, os quais não desfrutam da facilidade de consulta ao acervo bibliográfico do Tribunal, esta Secretaria implementou a Biblioteca Digital, inserida como ação estratégica.

O projeto teve como objetivo direto atender às exigências contemporâneas de diversificação dos meios de acesso à informação, que não somente a leitura tradicional de livros, sendo uma tendência dos tribunais superiores, a exemplo do STF, STJ e TSE.

A presente contratação permitirá a continuidade de um serviço com crescente aceitação, minimizando, inclusive, o problema fático da barreira física em relação às zonas eleitorais.

Ademais, registre-se que em 22 de junho do corrente ano se encerra o prazo de vigência da Carta-Contrato 09/2018 (Processo SEI Nº [0000831-59.2018.6.22.8000](#)), celebrada entre o Tribunal e a Editora Fórum Ltda., cujo objeto é a Biblioteca Digital, com disponibilização de acervo digital, em formato de livros, periódicos e revistas, em diversas áreas do conhecimento, como Direito Eleitoral e Processual Eleitoral; Direito Constitucional; Direito Administrativo; Direito Processual Civil e Penal; Gestão Pública, dentre outros afetos à Justiça Eleitoral.

Nessa perspectiva, tem-se que a implantação da Biblioteca Digital resultou na redução de custos com o armazenamento de livros e respectiva manutenção e propiciou o acesso *online* (via intranet) e acesso simultâneo de livros/periódicos a todos os servidores da Justiça Eleitoral em Rondônia. Além disso, por se tratar de conteúdo digital, há facilidades extras como uso de ferramentas de pesquisa; citação prática – permite “copiar e colar” trechos de textos com praticidade; adaptação para uso em dispositivos móveis; conversão do texto para os formatos PDF, dentre outras facilidades.

3.2. ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TRE/RO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Deve-se registrar, também, em cumprimento ao estabelecido pelo art. 3º da Resolução TSE 23.234/10 e art. 1º, inciso I, da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 5, de 26 de maio de 2017 que a contratação dos serviços aqui definidos vai ao encontro do OBJETIVO ESTRATÉGICO traçado no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO deste órgão, de aperfeiçoamento da Governança de Tecnologia da Informação, visando garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais ao desenvolvimento das atividades do TRE/RO, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Estratégia adotada: Elaborar proposta orçamentária sempre com o diferencial de projetos inovadores.

Ação Compatível: Promover aquisição de bens e serviços que possuam sempre a melhor relação custo-benefício.

A presente contratação possibilitará que maior número de servidores utilize o acervo da Biblioteca Digital, racionalizando o gasto público, pois, com a ampliação do acesso à doutrina e jurisprudência atualizadas, os servidores poderão alcançar capacitação de qualidade para exercer suas atribuições.

3.3. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DO NEGÓCIO

Acerca da sustentabilidade, é importante destacar que a comercialização, distribuição e utilização do sistema via web Fórum Biblioteca Digital não constitui atividade poluidora. Isso porque o sistema é totalmente operacionalizado “on line”, na plataforma web da rede mundial de computadores (intranet). Assim, não há que se falar em atividade poluidora, o que afasta exigência dos critérios de sustentabilidade previstos pelo art. 6º da IN 01/201-SLTI para a contratação de serviços.

Ademais, seria inviável tal exigência não somente por conta da utilização por meio eletrônico, como também pelo fato de ser a futura contratada a única instituição a comercializar o produto e este ser exclusivo no mercado.

4. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.1. DA PROPOSTA DA EMPRESA

O valor da contratação é de R\$ 12.137,00 (doze mil, cento e trinta e sete reais).

TABELA 01

ITEM	PRODUTO	QTDE	VALOR (R\$)
01	Biblioteca Digital Revista de Direito Administrativo e Constitucional (total de 03 acessos simultâneos);	01	R\$ 1.228,00
02	Biblioteca Digital Revista Brasileira de Direito Processual- RBDP (total de 03 acessos simultâneos);	01	R\$ 1.228,00
03	Biblioteca Digital Revista Brasileira de Direito Eleitoral – RBDE (total de 03 acessos simultâneos);	01	R\$ 621,00
04	Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público (acessos ilimitados e simultâneos)	01	R\$ 9.060,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO			R\$ 12.137,00

4.2. DA PESQUISA DE PREÇOS PRATICADOS NO MERCADO

Conforme Notas Fiscais anexas ([0387893](#) e [0387901](#)), os preços contratados com outras entidades públicas são os seguintes:

TABELA 02

MP-BA (Biblioteca Digital Revista Brasileira de Direito Processual- RBDP)	R\$ 1.228,00
PGJ-RS (1 - Biblioteca Digital Revista Brasileira de Direito Eleitoral – RBDE; 2 Biblioteca Digital Revista de Direito Administrativo e Constitucional; 3- Biblioteca Digital Revista Brasileira de Direito Processual- RBDP)	1 - R\$ 621,00 2 - R\$ 1.228,00 3 - R\$ 1.228,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dessa forma, a proposta comercial apresenta oferta valores idênticos aos praticados no mercado.

4.3. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

A contratação da assinatura da Biblioteca Digital possui previsão no orçamento desta unidade para o exercício de 2019, devendo a despesa ser custeada pelo orçamento ordinário, conforme demonstrativo abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário
AGREGADOR	Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	Assinaturas de Periódicos e Anuidades
PLANO INTERNO	AOSA ASSINA
VALOR ESTIMADO	R\$ 12.137,00

5. ENQUADRAMENTO DOS SERVIÇOS PARA FINS DE CONTRATAÇÃO- INEXIGIBILIDADE

A empresa Editora Fórum é detentora de “Declaração de Exclusividade”, comprovada por meio de declaração do editor (AC Minas Associação Comercial e Empresarial de Minas) – Eventos [0387857](#) e [0387869](#) - informando que seus produtos têm os direitos autorais registrados e que não existe representante ou fornecedor, realizando a comercialização desses produtos. Ante a exclusividade na prestação dos serviços pela citada empresa a contratação poderá ser efetuada de forma direta, por inexigibilidade, nos termos do que dispõe o **art. 25 da Lei nº 8.666/93**.

5.1. DADOS DA EMPRESA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EDITORA FÓRUM LTDA, CNPJ nº. 41.769.803/0001-92, situada na Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211, Bairro Jardim Atlântico - Belo Horizonte/MG, CEP 31710-430.

Fone: (31) 2121-4900, 2121-4943, 2121-4919.

e-mail: tatiane@editoraforum.com.br, contato da representante da empresa, senhora TATIANE TRINDADE.

5.2. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA

Banco Itaú S/A, Agência 1403, Conta Corrente 60010-7

6. DA CARTA-CONTRATO

O prazo da contratação almejada será de 12 (doze) meses, a contar de 23/06/2019, podendo ser prorrogado, a fim de garantir ou assegurar direitos da Administração contratante, sem prejuízo do prazo de garantia do objeto.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. OBRIGA-SE A CONTRATADA

7.1.1. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os produtos sejam fornecidos conforme proposta comercial, ressalvado ao CONTRATANTE o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à análise dos produtos fornecidos, ficando o ônus a cargo exclusivo da CONTRATADA.

7.1.2. Disponibilizar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os produtos digitais referidos na Tabela 01, a contar da data da assinatura da Carta-contrato.

7.1.3. Garantir aos magistrados e servidores do TRE/RO, de forma permanente, três acessos simultâneos, por meio da intranet, ao conteúdo contratado, exceto com relação à Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Público, cujos acessos deverão ser ilimitados e simultâneos, conforme proposta comercial, 07 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todo período de vigência contratual, relativamente a todos os itens da Tabela 01.

7.1.4. Disponibilizar suporte técnico, com retorno em até 24 horas úteis, objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado. O suporte para utilização da BID é oferecido pela Editora Fórum, por meio do Manual disponível em www.bidforum.com.br, pelo e-mail suportebid@editoraforum.com.br e pelos telefones (31) 2121-4912 e 0800 704-3737. Caso haja qualquer problema técnico que venha ocasionar a indisponibilidade do produto, por quaisquer motivos alheios ou não à vontade da editora, o cliente deverá ser imediatamente informado.

7.1.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e outras que incidam ou venham a incidir sobre o serviço ora contratado.

7.1.6. Indenizar o TRE/RO por todo e qualquer dano decorrente direta e indiretamente da execução do presente contrato, por culpa ou dolo dos empregados ou prepostos da CONTRATADA.

7.1.7. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, devendo comunicar ao TRE/RO, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.

7.1.8. Indicar, no ato da assinatura deste Contrato e sempre que ocorrer alteração, um preposto para representá-la perante o TRE/RO informando endereço, telefone, fax e correio eletrônico, para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato.

7.1.9. Informar imediatamente ao TRE/RO a ocorrência de qualquer problema técnico, que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto do contrato.

7.1.10. Não transferir ou subcontratar, no todo em parte, o objeto contratado, bem como transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada perante o CONTRATANTE, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.1.11. Sempre que, no decorrer da vigência contratual, houver o lançamento de novo título ou nova edição de quaisquer dos livros componentes da Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público, disponibilizar ao CONTRANTE a edição atualizada;

7.1.12. Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado.

7.2. OBRIGA-SE O CONTRATANTE

7.2.1. Proceder aos pagamentos nos termos especificados no contrato.

7.2.2. Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários.

7.2.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade observada na execução do contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo a reincidência passível de aplicação das sanções previstas no item oito deste projeto básico.

7.2.4. Rejeitar o fornecimento efetivado em desacordo com o previsto no contrato.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O contratante efetuará o pagamento em parcela única, no valor informado no item 6, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias, contados da apresentação da Fatura/Nota Fiscal, a qual só poderá ser emitida após o início da prestação do serviço.

8.2. Quando da apresentação da fatura/nota fiscal, a CONTRATADA deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Federal, Seguridade Social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.3. Caso o CONTRATANTE identifique qualquer divergência na Nota Fiscal, devolvê-la-á à CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação com as devidas correções ou esclarecimentos.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

8.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas na contratação, garantida a prévia e ampla defesa, sujeita a CONTRATADA à multa moratória consoante o caput e §§ do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - Quanto à interrupção na prestação dos serviços:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) primeira interrupção injustificada de até seis (6) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento);

b) segunda interrupção injustificada de até seis (6) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,3% (zero vírgula três por cento);

c) terceira interrupção injustificada na execução dos serviços contratados, multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento);

II - Quanto ao cumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato:

a) primeiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento);

b) segundo descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de 1,0% (um por cento);

c) terceiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato caracterizará a inexecução da obrigação.

9.2. A Administração contratante poderá deixar de declarar a inexecução total do contrato, quando:

a) a infração tenha sido provocada por lapso da CONTRATADA e não gerar nenhum benefício, nem prejuízo ao CONTRATANTE;

b) a CONTRATADA tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do contrato claramente demonstrada em processo administrativo;

c) a CONTRATADA tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

9.3. A Administração contratante declarará a inexecução total do contrato quando:

a) ocorrer interrupção superior a 06 (seis) horas ou quarta interrupção injustificada na execução dos serviços contratados;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) a CONTRATADA deixe, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;

c) a CONTRATADA for reincidente, definida a reincidência como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 30 (trinta) dias após regular notificação.

9.4. Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.5. As sanções aqui previstas podem ser cumuladas com a penalidade de multa e as demais previstas na legislação correlata e outras previstas em contrato. Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, a mesma será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento nos arts. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na Dívida Ativa da União.

9.6. As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.7. Os procedimentos a serem adotados em cada penalidade estão descritos no Capítulo VI – Das Sanções Administrativas da Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO.

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A fiscalização do contrato será exercida pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO e a gestão e acompanhamento da execução do objeto pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação.

10.2. Nos afastamentos dos titulares, as funções de gestão e fiscalização serão exercidas por seus respectivos substitutos.

10.3. A fiscalização da execução anotarà em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para regularização de falhas, defeitos e/ou substituição dos bens, no todo ou em parte, se for o caso.

10.4. As ocorrências registradas pela fiscalização serão comunicadas à CONTRATADA, para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no projeto básico.

10.5. O recebimento provisório dar-se-á pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral do TRE/RO, quando da entrega da Nota Fiscal contendo os serviços prestados e, definitivamente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

11. DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. Não será exigida garantia da execução do contrato, mas o CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

12. ANEXOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

São anexos do presente Projeto Básico:

- I - Proposta comercial Editora Fórum Ltda ([0387851](#));
- II - Declaração de exclusividade periódicos digitais Editora Fórum ([0387857](#));
- III - Declaração de exclusividade plataformas digitais Editora Fórum ([0387869](#));
- IV - Certidão negativa improbidade e inelegibilidade CNJ - Editora Fórum ([0387873](#));
- V - Declaração antinepotismo CNJ - Editora Fórum - TRE-RO ([0387878](#));
- VI - Certidão conjunta Receita Federal e INSS ([0387881](#));
- VII - Certificado de regularidade do FGTS ([0387883](#));
- VIII - Certidão negativa de débitos estaduais SEFAZ-MG ([0387885](#));
- IX - Certidão negativa de débitos municipais SEFAZ-Belo Horizonte ([0387889](#));
- X - Certidão negativa de débitos trabalhistas ([0387892](#));
- XI - Nota Fiscal nº 83293 10.09.2018 - Ed. Fórum - MP-BA ([0387893](#));
- XII - Nota Fiscal nº 83727 27.09.2018 - Ed. Fórum - PGJ-RS ([0387901](#)).

Documento assinado eletronicamente por **MARTA DE LUCIA SILVA SOUZA, Chefe de Seção**, em 08/02/2019, às 13:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000516-94.2019.6.22.8000

INTERESSADO: CJD



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviço de Assinatura da Plataforma Fórum Biblioteca Digital.

PARECER JURÍDICO Nº 0397210 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual a Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral -**SEPM** busca a contratação direta da empresa EDITORA FÓRUM LTDA, CNPJ nº 41.769.803/0001-92 para o fornecimento da assinatura da Biblioteca Digital Fórum de Direito.

02. No Projeto Básico ([0390497](#)), consta a descrição detalhada do objeto, justificativa, valor da contratação, o enquadramento dos serviços para fins de contratação – inexigibilidade, as obrigações das partes, a forma de pagamento, as penalidades, a gestão e fiscalização e anexos.

03. Carreou-se aos autos a proposta comercial da empresa EDITORA FÓRUM LTDA ([0387851](#)); Declaração de exclusividade periódicos digitais ([0387857](#)); Declaração de exclusividade plataformas digitais ([0387869](#)); Certidão negativa de improbidade e inelegibilidade CNJ ([0387873](#)); Declaração antinepotismo CNJ ([0387878](#)); Certidão positiva com efeitos de negativo de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União ([0387881](#)); Certificado de Regularidade de FGTS ([0387883](#)); Certidão negativa de débitos estaduais SEFAZ – MG ([0387885](#)); Certidão negativa de débitos municipais SEFAZ- BH ([0387889](#)); Certidão negativa de débitos trabalhistas ([0387892](#)), Nota Fiscal nº 83293 MP-BA ([0387893](#)), Nota Fiscal nº 83727 PGJ-RS ([0387901](#)); e Declaração de situação do fornecedor emitida pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ([0390983](#)).

04. Em atendimento ao Despacho nº 508/2019-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0388151](#)), os autos foram direcionados a Seção de Programação Orçamentária e Financeira – SPOF, oportunidade na qual juntou programação orçamentária no valor de R\$ 12.137,00 ([0388287](#)), informando a existência de Pré-empenho 2019PE000017 e que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Conforme a Certidão-PRES/DGSAOFC/GABSAOFC ([0388902](#)), os dados referentes ao PB citado ([0387839](#)) foram registrados no Livro de Registro de Processos com Despesa 2019 ([0388901](#)).

06. A Coordenadoria de Material e Patrimônio – unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência – nos termos do item V do art. 17 da Instrução Normativa TRE n.004/08, por seu Coordenador substituto, em sua Análise ao Projeto Básico n. 7/2019 ([0364917](#)), concluiu pela regularidade do PB supracitado e seus anexos, por se encontrar em consonância com as normas gerais de contratação, estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14, todos da Lei n. 8.666/93. Ainda, diante da regularidade fiscal e trabalhista da empresa Editora Revista dos Tribunais Ltda., manifestou pela adjudicação do objeto à proponente, no ato de aprovação do PB, pela Autoridade Superior.

07. Por fim, a SECONT elaborou a minuta da Carta-contrato ([0395128](#)). Assim instruídos, vieram os presentes autos para análise da Assessoria Jurídica da Diretoria Geral. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

08. Inicialmente, importante esclarecer quando é possível a aquisição por inexigibilidade, baseada no art. 25 da Lei nº 8.666/93:

Art. 25. É inexigível a licitação quando **houver inviabilidade de competição**, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa (...) (negritou-se)

09. Nesse sentido, o **Manual de Licitações & Contratos**, de autoria do Tribunal de Contas da União, assim estabelece:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Na dispensa de licitação a lei desobriga o administrador de fazer o procedimento licitatório, mesmo quando a competição mostrar-se possível, enquanto que na inexigibilidade, a licitação é impossível pela inviabilidade de competição ou desnecessária. A licitação impossível pela inviabilidade de competição caracteriza-se por haver apenas um determinado objeto ou pessoa que atende às necessidades da administração contratante. (Manual de Licitações & Contratos, TCU, pág. 229).

10. Como há nos autos declarações da **Associação Comercial e Empresarial de Minas – ACMinas** ([0387857](#) e [0387869](#)), informando que a empresa EDITORA FÓRUM LTDA detém exclusividade de produção, comercialização e distribuição dos produtos descritos no item 2.1 do PB em todo território nacional (Brasil), verifica-se a demonstração da impossibilidade material do desencadeamento de competição, em especial por tratar-se de empresa fornecedora exclusiva, comprovada a exclusividade por atestado fornecido por Sindicato da entidade equivalente. Veja-se:

Acórdão 125/2005 Plenário: Não efetue aquisições e contratações por inexigibilidade de licitação quando houver viabilidade de competição, e também nos casos em que houver apenas exclusividade de marca e não exclusividade do produto de interesse da empresa.

11. Desta forma, entende-se que a contratação poderá ser enquadrada na hipótese de **inexigibilidade de licitação** descrita no **art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93**.

12. Por sua vez, o Projeto Básico SEPM [0390497](#) analisado pela COMAP contém os elementos mínimos previstos no inciso IX do artigo 6º da Lei 8.666/93, motivo pelo qual **poderá ser apresentado a autoridade competente para sua APROVAÇÃO**, para cumprimento do disposto no inciso I do § 2º do art. 7º do referido diploma legal.

III – CONCLUSÃO

13. Nesses termos, conclui-se que a contratação solicitada pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - SEPM poderá ser processada diretamente com a empresa EDITORA FÓRUM LTDA, CNPJ nº. 41.769.803/0001-92, já que configurada a situação de inexigibilidade de licitação prevista art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, porquanto demonstrou que está apta a contratar com o setor público ([0387857](#), [0387869](#), [0387873](#), [0387878](#), [0387881](#), [0387885](#), [0387889](#), [0387892](#), [0387893](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. Com relação a minuta de Carta-Contrato juntada no evento [0395128](#), o referido instrumento encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação. Para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da referida minuta.

15. Por fim, alerta-se para a necessária **ratificação da despesa pela autoridade competente** e a **dispensa de publicação do ato na imprensa oficial**, em razão do valor, balizado pelo limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/93 (**Acórdão TCU 1336/2006-Plenário**). Contudo, em cumprimento ao princípio da publicidade dos atos administrativos, orienta-se a sua publicação no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral - DJE.

Sob vênia, é o parecer

Documento assinado eletronicamente por **Camila Trindade da Silva**, Estagiário, em 11/03/2019, às 16:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 11/03/2019, às 16:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000516-94.2019.6.22.8000

INTERESSADO: CJD

ASSUNTO: Contratação da empresa EDITORA FÓRUM LTDA para fornecimento de assinatura da Biblioteca Digital.

DESPACHO Nº 1176 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual a Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - SEPM busca a contratação direta da empresa EDITORA FÓRUM LTDA, CNPJ nº 41.769.803/0001-92, para o fornecimento da assinatura da Biblioteca Digital Fórum de Direito, conforme Projeto Básico ([0390497](#)).

No Projeto Básico ([0390497](#)), consta a descrição detalhada do objeto, justificativa, valor da contratação, o enquadramento dos serviços



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para fins de contratação – inexigibilidade, as obrigações das partes, a forma de pagamento, as penalidades, a gestão e fiscalização e anexos.

O valor da contratação é de **R\$ 12.137,00 (doze mil, cento e trinta e sete reais)** pelo período de um ano, conforme proposta da empresa ([0400900](#)).

A Coordenadoria de Material e Patrimônio manifestou-se pela aprovação do Projeto Básico da SEPM e pela adjudicação do objeto à referida empresa ([0390985](#)).

O processo foi devidamente instruído com a juntada de programação orçamentária SPOF ([0388287](#)) e da minuta de carta-contrato pela SECONT ([0395128](#)).

A AJDG, após análise, concluiu pelo enquadramento da contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93, uma vez que demonstrada a impossibilidade de competição, e aprovou os termos da minuta de Carta-Contrato juntada no evento [0395128](#), em cumprimento ao artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 ([0397210](#)).

A SAOFC reconheceu a inexigibilidade de licitação e manifestou-se pela aprovação do Projeto Básico; autorização da despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93; autorização para emissão de Nota de Empenho e pela publicação da ratificação apenas no DJE ([0399237](#)).

Inicialmente, observa-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, uma vez que as empresas detêm exclusividade no Brasil para o fornecimento do serviço que se pretende adquirir, restando demonstrada a impossibilidade material do desencadeamento de competição ([0400908](#) e [0400911](#)).

Compulsando os autos, verifica-se que o Projeto Básico ([0390497](#)), complementado pela proposta da empresa ([0400900](#)) e pelas Certidões de Exclusividade ([0400908](#) e [0400911](#)) para fornecimento dos serviços, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações, estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria PRE/TRE-RO 66/2018, esta Diretora-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade apontada pela AJDG e reconhecida pela SAOFC, constante do art. 25, *caput*, da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - Aprova o Projeto Básico SEPM ([0390497](#)), pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93;

II - autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93;

III - autoriza a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa EDITORA FÓRUM LTDA, CNPJ n. 41.769.803/0001-92, no valor de **R\$ 12.137,00** (doze mil, cento e trinta e sete reais); e

IV - Determina a publicação da ratificação da inexigibilidade apenas no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal, considerando que o valor da contratação situa-se aquém dos patamares da dispensa legal, nos termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário.

À SAOFC para a continuidade dos atos, visando a contratação objeto destes autos.

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral, em 26/03/2019, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

CARTA CONTRATO Nº 05/2019/2019

CARTA-CONTRATO N. 05/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº [0000516-94.2019.6.22.8000](#)

CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA EDITORA FÓRUM LTDA., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ASSINATURA DE BIBLIOTECA DIGITAL.

CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00.

CONTRATADA: EDITORA FÓRUM LTDA., inscrita no CNPJ n.º 41.769.803/0001-92, situada na Rua Paulo Ribeiro Bastos, nº 211, Bairro Jardim Atlântico - Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP: 31.710-430, Telefone(s): (31) 2121-4900, (31) 2121-4943, (31) 2121-4919, (31) 2121-4929, Fax: (31) 2121-4916. E-mail(s): ameliamello@gmail.com, mariaamelia@editoraforum.com.br, ventas@editoraforum.com.br, tatiane@editoraforum.com.br e sabrina@editoraforum.com.br, neste ato representada pela senhora **MARIA AMÉLIA CORREA DE MELLO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n. MG 11.607.709 – SSP/MG e CPF n. 070.832.136-40.

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, Lei 10.406/2002 (Código Civil).

FUNDAMENTO LEGAL: Contratação direta por inexigibilidade de licitação, fundamentada no art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93.

Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação: Despacho nº 1176/2019- PRES/DG/GABDG, de 26/03/2019.

DO OBJETO

(Artigo 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto desta Carta-Contrato a prestação de serviços especializados de assinatura de Biblioteca Digital, com disponibilização de acervo digital, em formato de livros, periódicos e revistas, em diversas áreas do conhecimento, como Direito Processual Civil e Penal; Direito Eleitoral e Processual Eleitoral; Direito Administrativo; Direito Constitucional; Gestão Pública, dentre outros afetos à Justiça Eleitoral.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Primeira – A presente contratação de assinatura da Biblioteca Digital Fórum de Direito, para integrar a Plataforma da Biblioteca Digital deste Tribunal, deverá garantir a todos os servidores e magistrados do TRE-RO o acesso por meio de web site, mediante cadastro de usuário e senha, compreendendo:

I - Revista de Direito Administrativo e Constitucional (três acessos simultâneos);

II - Revista de Brasileira de Direito Processual – RBDP (três acessos simultâneos);

III - Revista de Brasileira de Direito Eleitoral – RBDE (três acessos simultâneos);

IV - Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público (acessos ilimitados e simultâneos).

Subcláusula Segunda – Independentemente de transcrição, o Projeto Básico, a proposta da CONTRATADA e o Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação são partes integrantes desta Carta-Contrato.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, *caput* e § 3º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá vigência de **12 (doze) meses, a contar de 24/06/2019**, não podendo ser prorrogada.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA TERCEIRA – O valor desta Carta-contrato é de **R\$ 12.137,00 (doze mil cento e trinta e sete reais)**, consoante a proposta da CONTRATADA e tabela abaixo:

ITEM	PRODUTO	QTDE	VALOR (R\$)
01	Biblioteca Digital Revista de Direito Administrativo e Constitucional (total de 03 acessos simultâneos);	01	R\$ 1.228,00
02	Biblioteca Digital Revista Brasileira de Direito Processual-RBDP (total de 03 acessos simultâneos);	01	R\$ 1.228,00
03	Biblioteca Digital Revista Brasileira de Direito Eleitoral – RBDE (total de 03 acessos simultâneos);	01	R\$ 621,00
04	Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público (acessos ilimitados e simultâneos)	01	R\$ 9.060,00
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO			R\$ 12.137,00

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - Por se tratar de contrato de prestação de serviços por período de 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços para esta contratação, em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Terceira – As despesas com a execução da presente Carta-Contrato correrão à conta do Orçamento Ordinário 2019 do TRE-RO, PROGRAMA DE TRABALHO: 02122057020GP0011, ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.01, Nota de Empenho 2019NE000236, de 27/03/2019, a ser reforçada durante a execução contratual, caso necessário, e consoante detalhado a seguir:

FONTE ORÇAMENTÁRIA	
CATEGORIA (TIPO DE ORÇAMENTO)	Ordinário



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

AGREGADOR	Operação dos Serviços Administrativos
DESPESA AGREGADA	Assinaturas de Periódicos e Anuidades
PLANO INTERNO	AOSA ASSINA

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O pagamento à CONTRATADA será efetuado em parcela única, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Fatura/Nota Fiscal, a qual só poderá ser emitida após o início da prestação do serviço, devidamente atestada pela unidade gestora, aplicadas as retenções legais.

Subcláusula Primeira – Para pagamento, quando da apresentação da fatura/nota fiscal, a CONTRATADA deverá apresentar situação de plena regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e Justiça do Trabalho.

Subcláusula Segunda – Caso a contratante identifique qualquer divergência na fatura/Nota Fiscal, devolvê-la-á à CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação com as devidas correções ou esclarecimentos.

Subcláusula Terceira - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

Subcláusula Quarta - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

Subcláusula Quinta - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Subcláusula Sexta - O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.

Subcláusula Sétima - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Oitava - A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 67 da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA – No TRE-RO, a gestão desta contratação será exercida pelo titular da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação - CJD, e a fiscalização desta Carta-Contrato será exercida pelo titular da Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - SEPM, ou por seus respectivos substitutos, em suas ausências, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008/TRE-RO.

Subcláusula Primeira - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização e da Gestão durante a execução do contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

Subcláusula Segunda - A fiscalização da execução anotarà em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para regularização de falhas, defeitos e/ou substituição dos bens, no todo ou em parte, se for o caso.

Subcláusula Terceira - As ocorrências registradas pela fiscalização serão comunicadas à CONTRATADA, para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no projeto básico.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – São obrigações do CONTRATANTE:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- I** - Proceder aos pagamentos de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
- II** - Fornecer, a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos julgados necessários;
- III** - Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade observada na execução da Carta Contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo a reincidência passível de aplicação das sanções previstas neste instrumento;
- IV** - Rejeitar o fornecimento do objeto efetivado em desacordo com o previsto neste instrumento, concedendo prazo à CONTRATADA para substituição ou refazimento do objeto, alertando-a da possibilidade de aplicação das penalidades cabíveis pelo não cumprimento total ou parcial da obrigação;
- V** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos, preços e condições estabelecidos neste Instrumento;
- VI** - Promover o acompanhamento e a fiscalização desta contratação, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, registrando os problemas e comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte deste;
- VII** - Efetuar o recebimento provisório quando da entrega da Nota Fiscal contendo os serviços prestados e efetuar o recebimento definitivo, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, os quais serão efetuados pela Seção de Editoração, Publicação e Memória Eleitoral - SEPM;
- VIII** - Controlar a execução financeira da Carta-Contrato dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;
- IX** - Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução da carta contrato;
- X** - Não permitir a transferência nem a sublocação do objeto deste ajuste, sem a prévia autorização por escrito do CONTRATANTE; e
- XI** – Cumprir as demais obrigações consignadas no instrumento contratual.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, II, IV, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA – São obrigações da CONTRATADA:

I - Cumprir fielmente o contrato, de modo que os produtos sejam fornecidos conforme proposta comercial, ressalvado à contratante o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à análise dos produtos fornecidos, ficando o ônus à cargo exclusivo da CONTRATADA;

II - Disponibilizar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os produtos digitais referidos da Tabela 01 do projeto básico e entregar, a contar da data da assinatura da Carta-Contrato;

III - Garantir aos magistrados e servidores do TRE/RO, de forma permanente, três acessos simultâneos, por meio da intranet, ao conteúdo contratado, exceto com relação à Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público, cujos acessos deverão ser ilimitados e simultâneos, conforme proposta comercial, 07 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todo período de vigência contratual, relativamente a todos os itens da Tabela 01 do projeto básico;

IV - Disponibilizar suporte técnico, com retorno em até 24 horas úteis, objetivando a resolução e o esclarecimento de problemas e dúvidas quanto ao conteúdo contratado. O suporte para utilização da BID é oferecido pela Editora Fórum, por meio do Manual disponível em www.bidforum.com.br, pelo e-mail suportebid@editoraforum.com.br e pelos telefones (31) 2121-4912 e 0800 704-3737. Caso haja qualquer problema técnico que venha ocasionar a indisponibilidade do produto, por quaisquer motivos alheios ou não à vontade da Editora, o cliente deverá ser imediatamente informado;

V - Responsabilizar-se por todas as obrigações e todos os encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e outras que incidam ou venham a incidir sobre o serviço ora contratado;

VI - Indenizar o TRE/RO por todo e qualquer dano decorrente direta e indiretamente da execução do presente contrato, por culpa ou dolo dos empregados ou prepostos da CONTRATADA;

VII - Manter-se, durante a execução da presente carta contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas nesta contratação, bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, incluindo situação de plena regularidade junto ao FGTS, INSS, à FAZENDA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FEDERAL e à JUSTIÇA DO TRABALHO, comprometendo-se a comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato;

VIII - Indicar, no ato da assinatura desta Carta-Contrato e sempre que ocorrer alteração, um preposto para representá-la perante o TRE/RO, informando nome, endereço, telefone, fax e correio eletrônico, para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento;

IX - Informar imediatamente ao TRE/RO a ocorrência de qualquer problema técnico, que venha ocasionar a indisponibilidade do produto objeto desta contratação;

X - Não transferir ou subcontratar, no todo em parte, o objeto contratado, bem como não transferir ou ceder a terceiros o crédito respectivo, ficando obrigada, perante o CONTRATANTE, pelo exato e fiel cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas neste instrumento;

XI - Disponibilizar ao CONTRATANTE a edição atualizada, sempre que, no decorrer da vigência contratual, houver o lançamento de novo título ou nova edição de quaisquer dos livros componentes da Coleção Digital Fórum Jacoby de Direito Público;

XII - Assumir total responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes de marcas, registros e patentes, relativos ao objeto do fornecimento do bem contratado;

XIII - Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência, após a assinatura deste instrumento, de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XIV - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% do valor inicial desta contratação (art. 65, § 1º, da Lei 8.666/93);

XV - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização da CONTRATADA, prestando todos os esclarecimentos solicitados e respondendo todas as reclamações formuladas;

XVI - Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos; e

b) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO.

XVII - Cumprir as demais obrigações impostas contratualmente pelo TRE/RO.

DAS PENALIDADES

(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA OITAVA - Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas nesta carta-contrato e seus anexos, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades ora previstas.

Subcláusula Primeira – O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nesta contratação, garantida a prévia e ampla defesa, sujeita a contratada à multa moratória consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei nº 8.666/93, incidentes sobre o valor do contrato, na forma seguinte:

I - Quanto à interrupção na prestação dos serviços:

a) primeira interrupção injustificada de até 06 (seis) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento);

b) segunda interrupção injustificada de até 06 (seis) horas na execução dos serviços contratados, multa de 0,3% (zero vírgula três por cento);

c) terceira interrupção injustificada na execução dos serviços contratados, multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Quanto ao cumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato:

- a) primeiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal/gestor do contrato: multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento);
- b) segundo descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal/gestor do contrato: multa de 1,0% (um por cento);
- c) terceiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal/gestor do contrato caracterizará a inexecução da obrigação.

Subcláusula Segunda – A Administração contratante poderá declarar a inexecução total do contrato, sem prejuízo do disposto na legislação vigente, quando:

I - Ocorrer interrupção superior a 06 (seis) horas ou quarta interrupção injustificada na execução dos serviços contratados;

II - A CONTRATADA tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;

III - A CONTRATADA seja reincidente, definida esta como a reiteração de conduta faltosa, num lapso de 30 (trinta) dias após regular notificação.

Subcláusula Terceira – A Administração contratante poderá deixar de declarar a inexecução total do contrato, quando:

I - A infração tenha sido provocada por lapso da CONTRATADA e não gerar nenhum prejuízo ao CONTRATANTE;

II - A CONTRATADA tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras da carta contrato claramente demonstrada em processo administrativo;

III - A CONTRATADA tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

Subcláusula Quarta - Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Quinta - As sanções estabelecidas neste instrumento podem ser aplicadas à CONTRATADA de forma cumulada entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Projeto Básico, devendo sempre obedecer ao procedimento disciplinado pela Instrução Normativa n. 004/2008-TRE/RO.

Subcláusula Sexta - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros.

Subcláusula Sétima - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Oitava - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar a CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Nona - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Décima - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Décima Primeira - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

Subcláusula Décima Segunda - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

Subcláusula Décima Terceira - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

Subcláusula Décima Quarta - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Dívida Ativa da União - DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Quinta - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União - DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

Subcláusula Décima Sexta – Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

Subcláusula Décima Sétima - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

Subcláusula Décima Oitava - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Nona - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

Subcláusula Vigésima– O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

Subcláusula Vigésima Primeira - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Penalidades” deste instrumento.

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados no incisos I a XII, XVII (art. 79, I, da Lei 8.666/93) e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA - Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às requisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta - Por se tratar de contrato de prestação de serviços por período de 12 (doze) meses, não há previsão de reajuste de preços para esta contratação, em nenhuma das modalidades.

Subcláusula Sétima – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - À execução do presente instrumento e aos casos omissos aplicar-se-ão a Lei 8.666/93 (Licitações e Contratos), a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, supletivamente, a Lei 10.406/2002 (Código Civil e a Instrução Normativa nº 004/2008-TRE/RO).

Subcláusula Única - Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei n. 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste instrumento ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que, após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 01 de abril de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pela Contratante	MARIA AMÉLIA CORREA DE MELLO Pela Contratada



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Edmundo Nogueira CPF: 010.618.252-80 Testemunha
---	---

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 03/04/2019, às 09:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MARIA AMELIA CORREA DE MELLO, Usuário Externo**, em 04/04/2019, às 08:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Edmundo Nogueira, Estagiário**, em 04/04/2019, às 12:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 04/04/2019, às 12:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

EXTRATO DE CARTA-CONTRATO

Espécie: Extrato da Carta-Contrato 05/2019/TRE-RO, assinada em 04/04/2019. Contratada: EDITORA FÓRUM LTDA, CNPJ nº 41.769.803/0001-92. Objeto: prestação de serviços especializados de assinatura de Biblioteca Digital, com disponibilização de acervo digital, em formato de livros, periódicos e revistas, em diversas áreas do conhecimento, como Direito Processual Civil e Penal; Direito Eleitoral e Processual Eleitoral; Direito Administrativo; Direito Constitucional; Gestão Pública, dentre outros afetos à Justiça Eleitoral. Vigência: 12 meses, a contar de 24/06/2019, não podendo ser prorrogada. Fundamento Legal: Contratação direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93. Valor: R\$ 12.137,00. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011, Elemento de Despesa 33.90.39-01, Nota de Empenho: 2019NE000236, de 27/03/2019. Signatários: pela Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral do TRE-RO, e, pela Contratada, a Senhora MARIA AMÉLIA CORREA DE MELLO. Ato de Autorização da Despesa e de Ratificação da Inexigibilidade de Licitação:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Despacho nº 1176/2019- PRES/DG/GABDG, de 26/03/2019. Processo SEI nº. 0000516-94.2019.6.22.8000.

Documento assinado eletronicamente por **Edmundo Nogueira, Estagiário**, em 04/04/2019, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 04/04/2019, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

Espécie: Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93 e termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário. Carta-Contrato n. 05/2019/TRE-RO, assinada em 04/04/2019. Contratada: EDITORA FÓRUM LTDA, CNPJ nº 41.769.803/0001-92. Objeto: prestação de serviços especializados de assinatura de Biblioteca Digital, com disponibilização de acervo digital, em formato de livros, periódicos e revistas, em diversas áreas do conhecimento, como Direito Processual Civil e Penal; Direito Eleitoral e Processual Eleitoral; Direito Administrativo; Direito Constitucional; Gestão Pública, dentre outros afetos à Justiça Eleitoral. Fundamento legal para contratação: Art. 25, *caput*, da Lei 8.666/93. Valor: R\$ 12.137,00. Vigência: 12 (doze) meses, a contar de 24/06/2019, não podendo ser prorrogada. Justificativa: Necessidade de ofertar ao corpo funcional, do TRE-RO, o acesso à informação e à contínua atualização nas matérias afetas à gestão pública e ao direito público/eleitoral. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico nº. 0397210/2019 - PRES/DG/AJDG, em 11/03/2019, por CAMILA TRINDADE DA SILVA, Estagiária, ratificada por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessora Jurídica, CPF 716.688.707-97. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho nº. 1176/2019- PRES/DG/GABDG, de 26/03/2019, por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO, CPF n. 475.106.849-00. Processo: SEI nº. 0000516-94.2019.6.22.8000.

Documento assinado eletronicamente por **Edmundo Nogueira, Estagiário**, em 04/04/2019, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Seção, em 04/04/2019, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA: 1

EMISSAO : 27Mar19 NUMERO: 2019NE000236 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDERECO : AV. PRES. DUTRA, 1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 41769803/0001-92 - EDITORA FORUM LTDA
ENDERECO : PAULO RIBEIRO BASTOS 211 JARDIM ATLANTICO
MUNICIPIO : 4123 - BELO HORIZONTE UF: MG CEP: 31710-430
TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM ASSINATURA, CONFORME PROJETO BÁSICO DA SEPM (0390497), DESPACHOS 1176 DA DIRETORIA GERAL (0400985) E 1201 DA SOAFC (0401319) E REMESSA DA COFC (0401380) DO PROCESSO ABAIXO.

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 339039 000000 AOSA ASSINA
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: INEXIGIBILIDADE
AMPARO: LEI8666 INCISO: CP PROCESSO: 00005169420196228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART25/CP LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 12.137,00

DOZE MIL, CENTO E TRINTA E SETE REAIS*****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 01 -ASSINATURAS DE PERIODICOS E AN

SEQ.: 1 QUANTIDADE: 1 VALOR UNITARIO: 12.137,00
VALOR DO SEQ.: 12.137,00

ASSINATURA DA BIBLIOTECA DIGITAL FÓRUM DE DIREITO, EM FORMATO DE LIVROS, PERÍODICOS E REVISTAS, EM DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO, COMO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PENAL, DIREITO ELEITORAL E PROCESSUAL ELEITORAL; DIREITO ADMINISTRATIVO; DIREITO CONSTITUCIONAL; GESTÃO PÚBLICA, DENTRE OUTROS AFETOS À JUSTIÇA ELEITORAL.

T O T A L : 12.137,00

LIA MARIA
ARAUJO
LOPES:260468

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

Assinado de forma digital por LIA MARIA ARAUJO LOPES:260468
DN: c=BR, ou=CP, email=, ou=Autoridade Certificadora da Justiça - ACJUS, ou=Cen-JUS, ou=Institucional - ACJUS, ou=Tribunal Regional Eleitoral Rondônia-TRE-RO, ou=Servidor, ou=LIA MARIA ARAUJO LOPES:260468
Data: 2019.03.27 17:23:57 -04'00'

FRANCISCO PARENTES DA
COSTA
FILHO:16251784253

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO

Assinado de forma digital por FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253
DN: c=BR, ou=CP, email=, ou=Secretaria de Gestão Financeira do TRE-RO, ou=CP, ou=Institucional - ACJUS, ou=Institucional - ACJUS, ou=Tribunal Regional Eleitoral Rondônia-TRE-RO, ou=Servidor, ou=FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO:16251784253
Data: 2019.03.27 15:15:09 -04'00'